



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
ESTADO DO PARANÁ

PARECER LEGISLATIVO PRÉVIO

PROJETO DE LEI Nº: 27/2024

INICIATIVA: Poder Executivo

PROCESSO Nº: 454/2024

PARECER Nº: 61/2024

EMENTA: DISPÕE SOBRE O USO DA CASA DA CULTURA DR. JOSÉ ANTONIO PUPPI.

1. Síntese da Proposição Legislativa

Trata-se de proposição de autoria do Poder Executivo, que institui o dispõe sobre o uso da Casa da Cultura Dr. José Antônio Puppi.

Protocolada a proposição no dia 04/04/2024 e atendendo ao disposto no art. 3º da Portaria 113/2023, nos termos do art. 118 do Regimento Interno, a proposição foi encaminhada para instrução, onde serão abordados os aspectos jurídicos, de técnica legislativa e de redação da proposição legislativa, bem como apontará sugestão de comissões para tramitação da proposta, da forma a seguir exposta.

É o relatório.

2. Identidade e Semelhança

Conforme disposto no § 3º do art. 121 do Regimento Interno, deve ser arquivada pela Presidência ou pela Comissão de Redação e Justiça, a proposição com matéria idêntica e, no caso de semelhança, a proposição posterior deve ser anexada à anterior, para servir de elemento de auxílio no



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
ESTADO DO PARANÁ

estudo da matéria, pelas Comissões Permanentes, nos termos do § 4º do mesmo artigo.

Considera-se “idêntica” a matéria de igual teor ou ainda aquela que redigida de forma diferente, dela resultem iguais consequências, e “semelhante” a matéria que, embora diversa na forma e nas consequências, aborde assunto especificamente tratado em outra.

De acordo com o § 1º do art. 122, será inadmitida a tramitação de proposição que verse sobre “matéria vencida”, assim entendida: aquela idêntica a outra, já aprovada ou rejeitada, ou aquela cujo teor tenha sentido oposto ao de outra, já aprovada.

No caso de matéria que tenha sido rejeitada em Plenário, admite-se novo projeto no mesmo período legislativo, condicionado, todavia, à iniciativa da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Do exposto extrai-se a inexistência de óbice à regular tramitação da proposição, que deve ser objeto de análise pela comissão permanente competente para apreciar a admissibilidade.

3. Técnica Legislativa

As proposições legislativas, de acordo com o art. 117 e 118, ambos do RI, devem ser articuladas segundo a técnica legislativa, redigidas com clareza e em termos explícitos e sintéticos, que não contrarie normas constitucionais, legais, regimentais, e que não sejam genéricas.

A forma de elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, está prevista no parágrafo único do art. 59, da Constituição Federal (CF). Nesse sentido também vige a Lei Complementar Federal nº 95/1998 (LC nº 95/98) como norma de regência da ciência Legística.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
ESTADO DO PARANÁ

A inobservância da Legística implica em inadmissibilidade parcial da proposição, de sorte que incumbe à comissão competente para apreciar a admissibilidade a apresentação de emenda supressiva ou modificativa, conforme o caso, como determina o 42 e seguintes, RI.

Nesse sentido, após a análise detalhada da redação do Projeto de Lei em questão, percebe-se que a sua articulação não se encontra adequadamente observada no tocante ao Art. 1º do Anexo III, visto que o desdobramento correto de tal artigo deveria ser dar através de incisos, conforme preceitua o art. 10, II da Lei Complementar nº 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis e estabelece normas para a consolidação de atos normativos. Assim, vejamos:

Art. 10. Os textos legais serão articulados com observância dos seguintes princípios:

(...)

II - Os artigos desdobrar-se-ão em parágrafos ou em incisos; os parágrafos em incisos, os incisos em alíneas e as alíneas em itens;

Ademais, o Artigo 23 da redação do Projeto de Lei em comento apresenta os incisos I, II e III grafados em negrito, bem como sem início de letra maiúscula no inciso I, fato que compromete também a correta técnica legislativa imposta pela legislação acima citada.

Logo, desde que que observados os apontamentos realizados acima e devidamente adequadas as redações do Art. 23 do Projeto de Lei e do Art. 1º do Anexo III, a qual faz parte da proposição legislativa em comento, de modo a atender a correta técnica legislativa exigida pela legislação, a matéria está apta para ser inserida no ordenamento jurídico municipal.

4. Considerações



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
ESTADO DO PARANÁ

O Projeto de Lei vem acompanhado de justificativa, a qual informa que tem por objetivo a regulação da utilização da Casa da Cultura, Dr. José Antônio Puppi, criando a possibilidade de cobrança para esta finalidade.

A cobrança é justificada, uma vez que os valores poderão ser utilizados para a concretização de políticas públicas de cultura no município que contribuirão com o fortalecimento do setor artístico e cultural local, tornando possível a realização de investimentos contínuos, que facilitarão a promoção de eventos cuja realização dependa da receita gerada pela venda de ingressos.

Essa estratégia contribui para o estabelecimento de um ecossistema cultural sustentável. O valor arrecadado será destinado ao Fundo Municipal de Cultura, conforme previsto no art. 47 da Lei 1767/2016, que tem sua gestão a cargo da Secretaria Municipal de Cultura e Esporte, e é fiscalizado pelo Conselho Municipal de Cultura.

Quanto à sua iniciativa, a proposição em exame tem suporte legal no art. 30, inciso I da Constituição Federal, o qual dispõe que o Município tem competência para legislar sobre assuntos locais e complementar a legislação federal e estadual no que lhe couber. Vejamos:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I – Legislar sobre assuntos de interesse local;

II - Suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

O referido Projeto incentiva a cultura no município e assim, o crescimento da própria cidade. Assim, o Projeto de Lei visa observar na prática, notadamente o inciso V do artigo 23, ambos da Constituição Federal, conforme abaixo se descreve:

Art. 23 É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
ESTADO DO PARANÁ

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)

Desta forma, feitas as considerações que se julgam necessárias e cabíveis, há o entendimento de que a proposição está cumprindo com as formalidades constitucionais quanto ao processo legislativo.

5. Despesas orçamentárias

As proposições legislativas, caso impliquem em despesas orçamentárias presentes ou futuras, devem respeitar as normas de responsabilidade fiscal preconizadas pelos arts. 165 e 166 §§ e incisos e 167, inciso I da CF/1988, combinados com os arts. 68 e 146 da LOM, bem como pelos arts. 15, 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (LRF).

A proposição em tela deve, portanto, ser detidamente avaliada perante as comissões competentes quanto aos possíveis impactos orçamentários que venha a produzir, seara que refoge à análise jurídico-formal do projeto.

6. Comissões competentes

As proposições, antes de serem submetidas ao Plenário para deliberação do mérito legislativo, em regra, devem ser submetidas a parecer das Comissões Permanentes como determina o art. 123, RI.

A repartição de competências das Comissões Permanentes é definida no Art. 42, RI, sendo vedada a manifestação sobre matéria alheia àquelas definidas regimentalmente. Incumbe ao Setor Legislativo sugerir, sem caráter vinculante, a tramitação da proposta pelas Comissões Permanentes,



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO
ESTADO DO PARANÁ

sendo, no presente caso, competente a seguinte Comissão: 1) Justiça e Redação; 2) Comissão de Finanças e Orçamento.

7. Conclusão

Feitas as considerações necessárias e pertinentes para a etapa inicial de discussão da proposição legislativa, e desde que que observados os apontamentos realizados acima e devidamente adequadas as redações do Art. 23 do Projeto de Lei e do Art. 1º do Anexo III, a qual faz parte da proposição legislativa em comento, de modo a atender a correta técnica legislativa exigida pela legislação, a matéria está apta para ser inserida no ordenamento jurídico municipal.

THAÍS VIEIRA BORGES DOS SANTOS
Assessora Legislativa
Câmara Municipal de Campo Largo – PR

De acordo,

EMANUELY WOISKI TEIXEIRA
Diretora Jurídica
Câmara Municipal de Campo Largo – PR
OAB/PR 61.549